CAP - CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL

"EXIGIMOS CONDIÇÕES DE COMPETITIVIDADE PARA PRODUZIR!"

SETOR AGROFLORESTAL UNIDO PELO PRESENTE E FUTURO DA AGRICULTURA PORTUGUESA

Lisboa, 12 de outubro de 2026

Dirigimo-nos ao poder legislativo e executivo nacional porque, enquanto órgãos soberanos, é nas instituições que representam e lideram que se encontram as chaves para recuperarmos a perda de competitividade que aflige e desespera o setor agroflorestal.

A agricultura portuguesa atravessa um período de elevada pressão sobre os custos de produção e sobre a rentabilidade das explorações.

O agravamento dos preços dos combustíveis, dos fertilizantes, da energia e de outros fatores de produção cria dificuldades acrescidas aos agricultores portugueses e compromete decisões de produção, investimento e da própria continuidade das explorações agrícolas, florestais e pecuárias.

É todo o setor que está em crise, é todo o setor que está em risco.

Preocupa-nos, por isso, o presente, mas preocupa-nos, sobretudo, o futuro.

É por este motivo que a CAP, através de um Conselho de Presidentes extraordinário, realizado no passado dia 28 de setembro, aprovou por unanimidade, através de uma ação nacional de mobilização de dirigentes associativos agroflorestais, que hoje se realiza, exigir ao Governo, e às oposições, a disponibilização urgente e imediata de um pacote de 140 milhões de euros em medidas de apoio aos agricultores.

A diferença de competitividade que hoje existe face a Espanha é catastrófica para a produção nacional e para a economia portuguesa. Mitigá-la é, pois, um imperativo democrático e patriótico.

A exigência da CAP assenta nos seguintes considerandos:

1. **O aumento dos preços dos combustíveis e dos fertilizantes está a comprometer a viabilidade económica das explorações.** A persistência destes sobrecustos reduz o rendimento dos agricultores, limita a capacidade de investimento e coloca em risco decisões de produção das próximas campanhas.

2. **Continua a faltar uma resposta nacional com dimensão proporcional à gravidade da crise.** Os apoios escassos e erráticos aos combustíveis, e os 20 milhões de euros destinados aos fertilizantes e a outros fatores de produção, apesar de bem-vindos, ficam manifestamente aquém das necessidades do setor. A existência de medidas pontuais com pouca expressão não substitui uma intervenção capaz de compensar a perda de competitividade.

3. **A diferença face a Espanha agrava a desigualdade concorrencial dentro do mesmo mercado.** Os agricultores portugueses disputam os mesmos clientes e comercializam produtos concorrentes dos espanhóis, mas enfrentam esta crise com níveis de proteção pública muito distintos. Os apoios que Espanha deu ao setor são mais de 30 vezes superiores aos que Portugal atribuiu ao setor até à data!

4. **A insuficiência da resposta nacional tem consequências que ultrapassam as explorações agrícolas.** A perda de capacidade produtiva favorece a substituição de produção portuguesa por importações, degrada a nossa balança comercial externa, enfraquece a economia dos territórios rurais e agrava a dependência alimentar do país.

5. **Finalmente, e com importância central, Portugal tem que utilizar plenamente as possibilidades de reforço nacional previstas nos instrumentos europeus, o que não tem estado a fazer.** A União Europeia permite, em determinados apoios excecionais da reserva agrícola da PAC, acrescentar financiamento nacional até 200% da dotação comunitária sem que esses montantes sejam considerados como auxílios de Estado. A CAP considera inaceitável que o Governo prescinda dessa possibilidade nos mecanismos aplicáveis, respeitando as respetivas finalidades e condições de elegibilidade, enquanto os agricultores acumulam perdas. Entre os mecanismos de reserva de crise (9,4M€ + 200% possíveis), e a reprogramação do PEPAC (17M€ + 200% possíveis), a UE colocou à disposição do país os meios para auxiliar o setor.

Se a Comissão Europeia reconheceu a gravidade da crise e criou instrumentos extraordinários, então Portugal tem de utilizar plenamente as possibilidades que estão ao seu alcance.

Torna-se, portanto, incompreensível, que não se utilizem plenamente os recursos e meios para atender à crise que o setor atravessa, incluindo regiões como a dos Açores, excluídos destas medidas, e setores como a apicultura, entre outros, que também não são abrangidos.

A CAP está perfeitamente consciente da importância de mantermos uma trajetória de controlo das contas públicas e da dívida do Estado. As exigências formuladas pelos agricultores e produtores florestais não só têm bem presente esses objetivos como visam assegurar que a prazo o desequilíbrio da balança comercial não os virá a pôr em causa. É, pois, inteiramente falso que as medidas de apoio que são exigidas pela CAP ponham em causa as contas certas do Orçamento do Estado português.

O que é certo, isso sim, é que o adiamento de decisões imprescindíveis e a inação hipotecam, e hipotecarão, definitivamente, a competitividade da nossa economia e da nossa produção agrícola.

É particularmente evidente o caso de Espanha, principal concorrente direto da agricultura portuguesa.

O Governo espanhol anunciou que já mobilizou **mais de 1.100 milhões de euros** para o setor primário no contexto desta crise, incluindo um programa de apoio à compra de fertilizantes com uma dotação de **700 milhões de euros** e a manutenção de um desconto de até **20 cêntimos por litro no gasóleo agrícola**.

Portugal, mantendo as contas certas, é perfeitamente capaz de atribuir ao setor um apoio proporcional que permita mitigar a situação díspar e disfuncional que hoje existe entre ambos os mercados.

Exigimos, por isso, a tomada de medidas determinadas, agora e no decurso dos próximos meses, que garantam o mínimo indispensável de condições de competitividade para podermos produzir em condições de mercado e de sã concorrência.

Em anexo à presente mensagem pode ser encontrado um documento de cariz técnico que fundamenta o racional da exigência do setor agroflorestal. Uma exigência que mais não é do que um pedido da mais liminar justiça e equidade para uma atividade estruturante da nossa economia e da nossa sociedade.